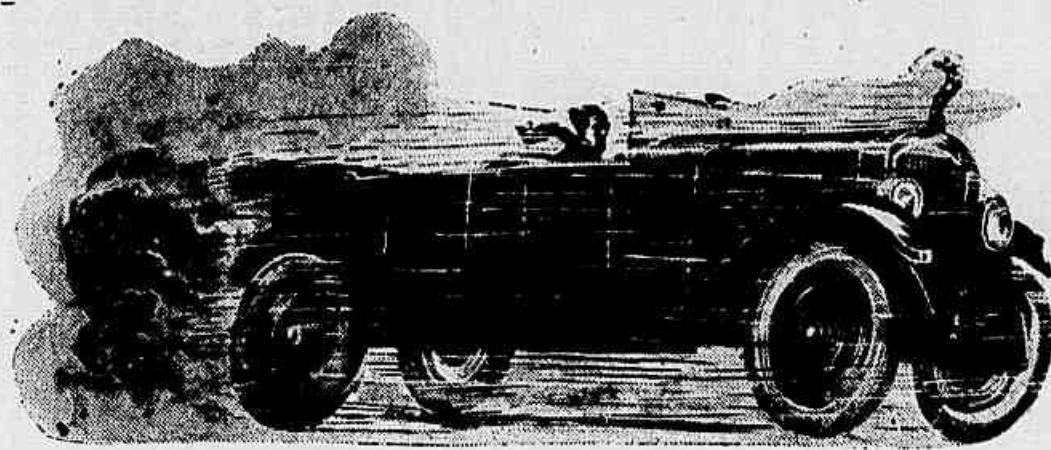


A quinquena do automovel

1000 metros - Gaz completamente aberto!

Decide-se, hoje, o sensacional prelo d' "O Jornal"

O Itala e o Essex levantam a prova do "litro e meio"



Prova "O JORNAL"

Kilometro lançado para amadores

Concorrente	MARCA	Força em H P	1ª PROVA		2ª PROVA		CLASSIFICAÇÃO FINAL
			Tempo	Classificação	Tempo ida	Tempo volta	
Cezar de Mello Cunha	Lancia	25	37" 2/10	1
Antônio Coelho Filho	Lancia	25	39" 8/10	2
M. Jordão da Silva	Hudson	23	40" 4/10	3
Nino Crespi	Lancia	21	41"	4
J. Oliveira Ford	Chrysler	22	41" 4/10	5
Castro Maia	Volvo	20	42"	6
Porto d'Ávila	Hudson	28	43" 2/10	7
Carlos Guinle	Lincoln	26	43" 4/10	8
Virgílio Duarte	Lancia	21	43" 4/10	9
Luiz Guerrero	Jordan	25	45"	10
Rui Gabaglia	Itala	45	52" 4/10	11
M. Sodré	Ford	22	50"	12
J. H. Venderlei	Cleveland	20
Almir Antônio	Cadillac	31
Manoel Dias Garcia	Turcat-Mery	15
Paulo Azevedo	Hispano-Suiza	15

Crescentes applausos

Inaugurada que foi a Exposição de Automóveis, o público da nossa metrópole lhe deu o melhor acolhimento, correspondendo, assim, aos ingentes esforços despendidos, ininterruptamente, pelos empreendedores do patriotismo.

Capitães remunerados

No propósito de dar, a "grande moda", alguns algarismos que mostrem a evidência, o movimento das vendas, provenientes da Exposição, ou por ela precipitadas, procuramos os representantes das diversas fabricas de automóveis, obtendo destes dados que demonstram quão bem remunerados têm sido os seus capitães, afora

a grande reclamação que o interessante tentamen lhes tem facilitado. Infelizmente, muitos representantes de fabricas, de incontestável valor, não foram por nós encontrados; mas, a avaliar pelos algarismos que obtivemos e que, ciosam, sensivelmente, em torno de um valor médio, podemos nos aperceber dos enormes benefícios da atualizada realização do Automóvel

Club do Brasil. A fabrica "Ford", com seus carros leves, econômicos e "universais", ocupa a "liderança", tendo vendido cerca de 400 carros de turismo, 50 tractores e 8 carros "Lincoln"; as outras, equivaleram-se nas vendas, como mostram os números que se seguem: "Hudson", 10; "Essex", 9; "Buick", 8; "Chevrolet", 8; "Chrysler" e "Maxwell", 8; "Lancia", 7 e "Volvo", 7.

O ciclismo na Exposição

Domingo, pela manhã, realizou-se, na pista da Exposição, uma importante prova de ciclismo em disputa da taça do "Mundo Desportivo", e que consistiu no longo percurso de 50 kilometros.

A prova concorreram muitos cyclistas de varias associações, que cultivam o interessante sport, nesta capital, alcançando a competição completo exito.

Iniciada a prova, ás 13 1/2 horas, tendo dado a saída o dr. Alberto Cruz Santos, director do Automóvel Club do Brasil, esta correu sempre debaixo de grande entusiasmo, terminando com o seguinte resultado:

- 1º LOGAR — JOSE DE SOUZA RIOS — do Cycle Club — Tempo: 1 h. 33' 37" 3/10.
- 2º LOGAR — ANTONIO RAUL — do Cycle Club — Tempo: 1 h. 33' 37" 4/10.
- 3º LOGAR — VIRGILIO CORDEIRO — do Sport Club Lorena — Tempo: 1 h. 35'.

A prova do "litro e meio"

Patrocinada pela "A Gazeta de Notícias", realizou-se, domingo ultimo, na pista do recinto da exposição, a interessante prova do "litro e meio", para demonstrar as qualidades economicas dos diferentes carros.

Muitos foram os concorrentes, despertando a prova muita satisfação entre os contendores. Foram os seguintes os participantes da competição: ARISTIDES BOURGET FORTES — Carro "Essex", 17 H P. MARIO JORDÃO DA SILVA — Carro "Essex", 17 H P. JOSE PEREIRA VIANNA — Carro "Armstrong-Siddeley", 30 H P. ANTONIO CAENBEIRO JUNIOR — Carro "Luc-Court", 12 H P.



Os vencedores da prova do litro e meio; e, ao centro, instantâneo de uma passagem

SEDAS DE LYON
Georges Ducas & C.
PARIS
S. PAULO
30-R. Barão Itapetininga, 32

Durante poucos dias ocasião unica para aquisição de

CORTES e RETALHOS
de fins de peças de fazendas magnificas, alta novidade e ultima moda que estão em uso corrente nas rodas elegantes da sociedade carioca

Preços excepcionaes e tecidos garantidos
17 - Largo da Carioca - 17 - sobrado



Concorrentes á prova do kilometro parado

XAVIER DE BRITTO — Carro "Cleveland", 20 H P.
CEZAR DE FRANÇA E SILVA — Carro "Itala", 30 H P.
HEITOR FERNANDES — Carro "Lancia", 35 H P.

25 H P. o carro "Essex", que percorreu cerca de 17.200 metros, sob a direcção do sr. Aristides Bourget Fortes — o mesmo vencedor do cyclo da Gavea, que confirmou, assim, a economia demonstrada pelo seu carro no

Compram-se Livros

Obras de direito, engenharia, medicina, romances, bibliotecas, por maiores ou menores que sejam: livros sobre o Brasil, antigos ou modernos; romances ou qualquer obra de Camillo Castello Branco, publicados antes de 1890. Paga-se 30\$000 por exemplar do Papa e o Concilio, de Ruy Barbosa; paga-se 20\$000 por exemplar das CARTAS DE INGLATERRA e REPLICAS, do mesmo autor; paga-se 50\$000 por exemplar da Historia do Brasil, do Visconde de Porto Seguro. Enfim, obras de Ruy Barbosa, Marculano, Garret, Castilho, Vieira, Bernardes, etc., etc.

PAGA-SE TUDO MUITO BEM
LIVRARIA QUARESMA — Rua S. José 71 e 73
RIO DE JANEIRO

A ARTE DE FAZER GRAÇA

Mendes FRADIQUE.

O livro do sr. Procopio Ferreira é decididamente o quanto basta á exigencia dos adeptos para a consagração deste actor na scena da Comedia.

Quando as primeiras manifestações do talento de Procopio começaram a interessar a gente que ré o que se passa no palco da comedia, houve, como é natural, a intriga da opposição, rosnando á boca pequena:

— Procopio actor comico? Quem foram que disseram?

Procopio é apenas um cavalheiro interessante, um moço engraçado, que sabe dizer a blague dentro do palco, no camarim, na rua, em toda a parte; Procopio não representa o papel de que se incumbiu; mas simplesmente apresenta-se ao publico, em vez do personagem, e applaude o Procopio, por que Procopio, com o seu personagem a interpretar, é sempre uma criatura engraçadissima, que faz rir, e que portanto agrada o frequentador do theatro ligeiro.

Isso e muitas outras coisas mais, dizem e continuam a dizer os criticos sem permissão, e os que da boa fé, ainda não tiveram occasião de ler o livro do Procopio.

Entretanto quem conhece a intimidade do actor, cuja vida mental se entretece duma tragedia intensissima, cortada á sombra dum temperamento de artista, mesmo sendo fermentação de ideias, arrebatadissimas; em summa: alguém quem conhece de perto o actor Procopio, é que pôde calcular de quanto é capaz sua enervação de artista, sua penetração em materia de psychologia humana. Ista, todavia, um outro processo de surpreender a alma do Procopio, sem o effeito do camarim, sem o affecto do cartaz: é ler-lhe o livro de estylo, intitulado "Arte de Fazer Graça".

Neste livro, fosse qual fosse a intenção do Procopio, elle se revelou, antes de tudo — um actor, um verdadeiro actor.

Procopio não tem idade nem amadurecimento de espirito para ter soffrido tanto quanto soffrer para atingir o grau de pessimismo que se derrama por toda a extensão do livro. Aquelle pessimismo philosophico, homogeneo, que imprime á obra certa qualidade nobilissima que é o caracter, só em duas hypothesees encontra fundamento logico: ou o Procopio, encerrando na sua personalidade uma concepção superior do mundo, soffre, minuto a minuto o choque constante da decepção, ante

a inferioridade ambiente; ou o Procopio, embora visivelmente de ideias attisimas, considera e aceita ativamente as imperfeições deste mundo sublimar-lhe as quaes ellas são, e nesse caso, é um longo decurso de tempo neste mundo, poderia, pela redimção calma das desilusões, conferir ao Procopio aquella visão de amarga ironia, não raro de revolta, que se lhe descobre e sente dentro da estrutura essencial de sua obra de estylo.

Ora, no primeiro caso, só se encontram as psychopathias; no segundo, se accomoda um repouso do amadurecimento de espirito. Se Procopio fosse um psychopatha, seria empolgado, fúlmido mesmo pelo pessimismo, e nesse caso não conseguiria pensar o palco da scena comica, nem com graça nem sem graça. Se Procopio fosse um psychopatha, começaria por levar a sério tudo quanto escreveu, e acabaria por metter uma bola na cabeça.

Todavia, até agora, pelo menos, o Procopio não se suicidou; apenas, ao invés de se intoxicar com o veneno daquelle pessimismo, Procopio, que no theatro da sensibilidade, representa muito bem o papel de anão soffridissimo, colleccionou com graça e intelligencia sob uma elegante maneira de dizer, uma série de ideias, da maioria das quaes elle nunca teve a minima experiencia, e toca a fazer dizeo um motivo forte de emoção esthetica.

Assim o livro do Procopio. Portanto se o livro impressiona pela espontaneidade das ideias que encerra, se se intoxicar com o veneno de uma ideia sem amadurecimento de espirito para ter soffrido tudo quanto lhe poderia ter infligido na alma taes ideias, só uma coisa se tem o direito de concluir: Procopio representa o povo de ironia, Procopio interpretou a philosophia da vida, Procopio fixou na autoria da obra o flagrante psychologico dum pensador maduro, já um tanto entediado em annos, e com um lastro racional de ironia, desta fina e casta ironia que é a ironia que dá o choque da intelligencia com as decepções da differença ambiente.

E se Procopio não é na vida, o que é no livro que produziu, então Procopio é inconscientemente um actor verdadeiro, um actor integral, que nem mesmo á feitura dum livro conseguiu poupar o reflexo de seu temperamento de comediantes, de artista de raça pura.

Carro "Cadillac", 45 H P. — Gastou 48" e 47" 2/10.

2º — NINO CRESPI — Carro "Lancia", 21 H P. — Gastou 51" e 49" 1/10.

3º — HENRIET ROCHA VAZ — Carro "Lancia", 35 H P. — Gastou 50" e 49" 8/10.

4º — ALBERTO PIZZOLATO — Carro "Hudson", 20 H P. — Gastou 51" 2/10 e 50" 2/10.

5º — GILBERTO GOMES DA CRUZ — Carro "Stutz", 22 1/2 H P. — Gastou 53" 2/10 e 50" 1/10.

6º — ROSA FURHEMANN — Carro 53" 2/10 e 50" 1/10.

7º — HUGO TEINBERA DE SOUZA — Carro "Simplex", 60 H P. — Gastou 53" 8/10 e 53" 4/10.

8º — LUÍZ GUERRERO — Carro "Jordan", 24 1/2 H P. — Gastou 61" 2/10 e 59" 8/10.

Venceram, assim, os carros "Cadillac", 45 H P., dirigido pelo sr. Manoel Dias Garcia, com 47" 2/10 e "Lancia", 21 H P., com o sr. Nino Crespi na direcção, com 49" 1/10.

O sensacional prelo do O JORNAL

E' finalmente, hoje, á tarde, que se realiza a etapa final do interessante prelo automobilistico instituido pelo O JORNAL, o qual vem sendo esperado com o mais justo entusiasmo pelos amadores do Automóvel sport, despois de ter contribuido para a queda do record alcançado, entre os domos concorrentes, pelo dr. Cezar de Mello Cunha que percorreu a pista na primeira parte da sensacional competição, em 37" 2/10 com um carro "Lancia" 21 H P.

Para esta prova O JORNAL, adquiriu, na Jospheria Adamo, duas lindas e ricas taças, uma de prata com desenhos ornamentaes, e outra, de bronze com bella base de onix.

A contagem do tempo

O tempo, para a prova do O JORNAL, será marcado pelo chronographo electrico instalado pela casa Siemens Schukert e que, ha dias, vem dando optimo resultado.

Este apparelho registrando automaticamente, por meio da corrente electrica os diversos tempos gastos nos percursos das diferentes participantes do prelo, prescindindo o uso dos chronometros manuaes, escolhendo, dessa maneira, o resultado apurado dos erros pessoais do chronometrista, provenientes da des-

ANTARCTICA; Cervejas, Guarani, Ginger Ale, Club Soda e Naropes. Deposito: Armazem (Bombo, Praça José Alencar, B. Mar 2040.

La-Porta
LEMOEIRO
VENDE
ao correr do martello
PAGA
á boca do cofre
S. José 17 Telephone C. 3063

Agencia Central Ford e Lincoln
Tem os ultimos modelos "Ford" em stock. Senado, 163 e 167. Telephone: Central 4922.

Serviços de prata e metal prateado com estojes
COMPANHIA JOALHEIRA S. A.
Assembléa, 73

1 — MANOEL DIAS GARCIA —

O resultado da prova, de accordo com os tempos, precisamente controlados, foi o seguinte: o primeiro tempo é do percurso de ida e o segundo do de volta).

O numero deste mez da Revista A CASA publica 10 projetos de pequenas casas com 2 e 3 quartos: tem como o novo concurso com 4 contos de reis de premio. A venda por 20000 em todos os pontos de jornaes e livrarias.

continuidade de sua observação que se torna, pois, imperfeita e imprecisa.

O apparelho electrico é baseado no mesmo principio dos apparelhos usados para a medida da velocidade dos projectis, e o mesmo seja o chronographo Le Boulenger, que em uma centena de metros, apenas, dá o absoluto rigor o tempo gasto pelos projectis no curto trajecto.

Consta o apparelho em ultima analyse, de dois electro-ímans, um dos quaes está em comunicação com uma pendula, que o faz funcionar, periodicamente de accordo com a regulção feita, e de um outro que está ligado á linha de transmissão que vae ter ás extremidades do percurso, onde existem dois fios que são atravessados na pista, para que os carros os arrebentem na sua passagem.

Estes electro-ímans funcionam pequenos cellulos, que formam uma fita que é dotada de um movimento uniforme por meio de um dispositivo especial.

O cellulo do electro-íman ligado á pendula vae furando, rhythmicamente, a fita, ao passo que o outro, ligado aos terminaes da pista, só o faz no inicio e fim do percurso.

Aproximação a centesimo de segundo

Este chronographo electrico, revela com aproximação admiravel o tempo gasto no percurso, indo até ao necessario, a centesimo de segundo e, além disso, registra em uma fita, identica á dos apparelhos telegraphicos Morse, que poderá ser

(Continúa na 16ª pagina)

As tradições do

ITALA
foram confirmadas
no
Circuito da Gavea
Taça Automóvel Club do Brasil
Serie acima de 25 H P
Vencedor em 1º lugar
ITALA

carro N. 156, gentilmente cedido pelo seu proprietario, sr. Francisco Monero e dirigido por Nicolino Guerrero.

Serie abaixo de 25 H P
2º lugar — ITALIA — com Frederico Sartori
4º lugar — ITALIA — com Cezar de Franca e Silva

Representantes
BONAZZO & C.
Rua Buenos Aires 53

Beban Fernet Branca
Apperitivo—Digestivo—Tonico

O DIREITO E O FOTÓ

Seções e audiências a realizarem-se hoje:

CORTE DE APPELAÇÃO
Quarta Câmara — Sessão, às 12 horas, efectuando-se, antes, a audiência.

JUIZOS DE DIREITO
Primeira Vara de Orphão e Ausentes — Audiência, às 12 horas.
Segunda Vara de Orphão e Ausentes — Audiência às 12 horas.
Procuradoria e Residência — Audiência, às 12 horas.

FELTOS DA PASSADA MUNICIPAL — Audiência, às 12 horas.

PRETORIAS CÍVEIS
Segunda e Terceira — Audiência, às 12 horas.

JUIZOS DE DIREITO CRIMINAL
Sumário — Godofredo Ramos do Oliveira, incurso no art. 23 e 4º do Código Penal.

SEGUNDA VARA
Sumário — Oscar Teixeira de Souza, incurso no art. 67, 2º e 3º e 4º do Código Penal.

TERCEIRA VARA
Sumário — Manoel Siqueira Elías, incurso no art. 231 n. 2, e José Leite Pacheco, incurso no art. 238 n. 4º do Código Penal.

QUARTA VARA
Sumário — José Maria, incurso no art. 247, João Machado da Rocha, incurso no art. 163 e José Primo Teixeira, incurso no art. 267 do Código Penal.

QUINTA VARA
Sumário — Guilherme Luis da Silva, incurso no art. 263 e Albino José Rodrigues, incurso no art. 121 do Código Penal.

SETIMA VARA
Sumário — Elv Barreira, incurso no art. 247, e João da Cruz, incurso no art. 267 do Código Penal.

ESTA RESPIRADO? Experimente a 14 o PEITORAL MARINHO.

Moveis, Tapeçarias, Armador, Estofador

A. F. FERNANDES
AVENIDA MEM DE SA, 46
Telefone Central 452

OITAVA VARA

Sumário — Cyrino Felix dos Santos, incurso no art. 182, Maria Barbosa da Silva, incurso no art. 331 e Oswaldo Francisco de Azevedo, incurso no art. 3 do Decreto n. 11923.

JURY
Será chamado hoje a julgamento no Tribunal do Jury, o réo Ovídio Maciel. O acusado responde por um crime de homicídio.

A VITIMARCAPOU
Testemunha de morte desclassificada. O Juiz da 8ª Vara Criminal desclassificou a testemunha de morte do artigo 317 do Código Penal o crime de tentativa de morte imputado ao réo Antonio Alberto.

Este acusado no dia 19 de Junho último, às 21.12 horas, na avenida do Mangue, próximo ao viaduto da Estrada do Ferro Central do Brasil, depois de atacar com Adelfino da Silva Casanova, disparou quatro tiros de revólver contra o seu antagonista, errando, porém, o alvo.

Em favor do réo foi expedido alvará de soltura.

ASSEMBLEIA DE CREDORES
NA TERCEIRA VARA CÍVEL — As 13 horas, da falência de Adulda e Anil, estabelecido à Praça 3 de Maio n. 9 (Campo Grande).

Da falência da Companhia Territorial Construtora, em contendação de Silveira e Machado.

NA QUINTA VARA CÍVEL — As 13 horas, da concordata preventiva de Araujo e Moreira que oferecem seus bens para a satisfação de dívidas nos prazos de 180 e 260 dias da data da homologação.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

Relatório pelo Ministro Guimarães do Amaral.

procurar do ser o caso, ou não, do "habes-corpus".

Depois de longa e animada discussão a respeito da precedência da votação de uma preliminar sobre a do pedido de informações ao governo, resolveu o Tribunal, unanimemente, votar em primeiro lugar a preliminar proposta pelo ministro Viveiros de Castro, por isso que, se o Tribunal decidir que não cabia "habes-corpus", a preliminar seria tornada a pedido de informações.

Por cinco votos contra quatro, decidiu o Tribunal ser o caso de "habes-corpus" e, por unanimidade, resolveu pedir informações ao ministro do Interior.

Declaram-se impedidos os ministros Guimarães do Amaral, Pedro de Azevedo e Edmundo Lima por ter um filho instituído na Faculdade de Medicina, e a esse respeito a decisão do caso virá sujeita a apreciação do Tribunal.

Estiveram presentes a esse julgamento, numerosos estudantes interessados na decisão.

"HABES-CORPUS" IMPETRADO POR UM PASTORATO LUMINER
O bacharel João Gonçalves da Foz, juiz municipal do termo de São Pedro de Alcoba, no Estado de Pernambuco, alegando a inconstitucionalidade da lei estadual n. 1.093, de 20 de novembro de 1924, requereu ao Tribunal da Relação daquele Estado, uma ordem de "habes-corpus" para continuar a exercer suas funções de juiz.

Allegou que foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 1924, tendo assumido o cargo em 23 do mesmo mês e ano; que por permissão, temporariamente, foi removido para o cargo de juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

reconduzido, não pôde ser-lhe em virtude daquela lei.

Depois de longa e animada discussão a respeito da precedência da votação de uma preliminar sobre a do pedido de informações ao governo, resolveu o Tribunal, unanimemente, votar em primeiro lugar a preliminar proposta pelo ministro Viveiros de Castro, por isso que, se o Tribunal decidir que não cabia "habes-corpus", a preliminar seria tornada a pedido de informações.

Por cinco votos contra quatro, decidiu o Tribunal ser o caso de "habes-corpus" e, por unanimidade, resolveu pedir informações ao ministro do Interior.

Declaram-se impedidos os ministros Guimarães do Amaral, Pedro de Azevedo e Edmundo Lima por ter um filho instituído na Faculdade de Medicina, e a esse respeito a decisão do caso virá sujeita a apreciação do Tribunal.

Estiveram presentes a esse julgamento, numerosos estudantes interessados na decisão.

"HABES-CORPUS" IMPETRADO POR UM PASTORATO LUMINER
O bacharel João Gonçalves da Foz, juiz municipal do termo de São Pedro de Alcoba, no Estado de Pernambuco, alegando a inconstitucionalidade da lei estadual n. 1.093, de 20 de novembro de 1924, requereu ao Tribunal da Relação daquele Estado, uma ordem de "habes-corpus" para continuar a exercer suas funções de juiz.

Allegou que foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 1924, tendo assumido o cargo em 23 do mesmo mês e ano; que por permissão, temporariamente, foi removido para o cargo de juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

Allegou que o juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924 e, em seu substituto, quando foi nomeado juiz municipal de São Pedro de Alcoba em 23 de outubro de 1924.

A PEDIDOS

"HOMEM QUE MARCHA", NO SALÃO DE 1925

Em virtude do que se diz atrás de cortinas, os desprotegidos do talento e os demolidores dos trabalhos alheios, só por não terem suficiente competência para se defrontarem com o campo do trabalho honesto, são obrigados a vir em público, não para defender a minha obra, porque ela por si só se defende, mas para prevenir os incautos do veneno que se espalha contra o meu trabalho que denominei "O homem que marcha", e principalmente contra o seu autor.

Não faço parte da Sociedade Brasileira de Bellas Artes, nem tenho os defeitos da classe. Estou sujeito aos erros e às falhas, como todos os homens; mas no caso presente não estou em erro.

No requerimento dirigido ao Excmo. Sr. Dr. Ministro da Justiça, denominei o meu trabalho "O homem que marcha" afirmando o seu incontestável valor artístico. Sabia de antemão que a Congregação da Escola de Bellas Artes lá dar parecer sobre o mesmo; mas, como artista que sou e portanto autoritário, embora se trate de uma obra minha, afirmo, sem falsa modestia, ser um trabalho de incontestável valor e relativo ao lançamento da minha obra que tem o intuito de deturpar a verdade e o valor da minha obra.

O GOVERNO DA REPUBLICA E O GOVERNO DA CAMARA

NO CONGRESSO

SENADO

A RESOLUÇÃO DE HONTEM

Acusando a lista da porta a esquerda de 45 senadores, a hora habitual, o presidente declarou aberta a sessão, sendo aprovada, sem discussão, a acta da anterior.

Não houve expediente, nem pareceres.

SUBSTITUTO PARA O SR. CAIADO

Estando ausente desta cidade o sr. Tamas Caiado, o sr. Luiz Adolpho requereu a designação de um senador para substituí-lo na comissão de Obras Publicas, designando o sr. Mendes, seu collega de bancada.

REQUERIMENTOS APROVADOS

Não havendo oradores, o presidente passou a ordem do dia, sendo aprovados dois requerimentos: do sr. Paulo de Frontin no sentido de ser ouvida a comissão de Finanças sobre a proposta de 1.500.000 para saldar contos com Francisco de Albuquerque Maranhão, e do sr. José Tavares, solicitando a audiência da mesma comissão sobre o projecto do Senado autorizando o governo a entrar em acordo com os Estados que tenham feito concessões de estradas de ferro, afim de acutelar os interesses da União.

MATERIAS APROVADAS

Foram em seguida aprovadas as seguintes proposições da Camara dos Deputados, autorizando: a aprovação da despesa de 7.300.000, relativa a melhoria do rancho do navio "Beneditina Constant", paga pela verba 7.º do orçamento da Marinha; a abertura do credito de 4.000.000 para pagamento a Middletown Car Company, por fornecimentos feitos a Estrada de Ferro Petrolina a Theresina; a abertura do credito de 1.000.000 para saldar contos com Francisco de Albuquerque Maranhão, e a scripturação da Recebedoria, reintegrado por sentença judicial; abertura de um

credito na importancia de 8.300.000 para pagamento do que é devido a U. Maria Felicidade do Vasconcellos, em virtude de sentença judicial; e a abertura de um credito na importancia de 10.000.000 para pagamento da elevação da penha a que tem direito d. Bernestina da Rocha Dias, em virtude de sentença judicial.

INCOMPATIBILIDADE DOS MINISTROS

Sem debate, foi aprovado o envio da comissão de Justiça e Legislação e projecto do sr. Paulo de Frontin, que modifica a lei eleitoral vigente, na alínea e do artigo 33, restando o prazo de incompatibilidade para os ministros do Estado, com parecer favorável da comissão do Constituinte.

DISPENSA DE INTERSTICIO

Resoluções das matérias constantes da ordem do dia, o sr. Paulo de Frontin obteve dispensa de intersticio para as proposições da Camara em 2.º discussão, e abrindo créditos varios, afim de que os mesmos fiquem na ordem do dia de hoje.

Nada mais havendo a tratar, foi levantada a sessão.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Sob a presidência do sr. Adolpho Gordo esteve reunida a comissão de Justiça e Legislação, sendo analisado o parecer, requerendo, por intermédio da mesa, a audiência dos ministros da Guerra e da Marinha sobre o projecto n.º 6, de 1925, determinando que os candidatos nomeados para o corpo de estado do Exército e da Armada ou para qualquer outro corpo, ou serviço que exijam prova de concurso em sua organização nas classes armadas, serão colacionados no respectivo quadro com a classificação do concurso.

COMISSÃO DE CONSTITUICAO

Reunio-se, extraordinariamente, em sessão secreta, a comissão de Constituição, afim de tomar conhecimento da mensagem presidencial nomeando o bacharel Antonio Bento de Faria, ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga aberta com a morte de dr. Sebastião Lacerda.

AMARA

O QUE NOUVE NO EXPEDIENTE — OS DOCUMENTOS APROVADOS NA ORDEM DO DIA — REQUERIMENTOS APROVADOS

De 70 deputados era o comparecimento, hontem, ao inicio da sessão, que teve a presidência do sr. Arnaldo Azevedo, secretario da mesa, e Heliôr de Souza e Domingos Barbosa.

COBRE A ACTA

Lida a acta da sessão anterior, o sr. Tavares Cavalcanti comunicou que o seu collega de bancada, sr. Carlos Pedreira, não comparecia por motivo de molestia.

Legislou de Oliveira reclamou contra o modo por que a mesa vem fazendo a censura aos seus discursos, tanto mais que costuma usar de linguagem elevada, longamente, ferir a vida privada de seus adversarios, mesmo quando, para isso, se oferece oportunidade.

Em seguida, foi a acta aprovada, e o expediente, que consistiu, apenas, de um telegramma em que a mesa do Congresso informava a mesa da Camara do encerramento da sessão normal dos respectivos trabalhos.

VAE REVERENDAS EMENDAS

O presidente comunicou, depois, que, a partir de amanhã, começa a correr o prazo registado nos 12 dias para o apresentação de emendas ao projecto do Ministério da Agricultura, em terceiro turno.

A REFORMA CONSTITUCIONAL E O

Falou, em primeiro lugar, na hora do expediente, o sr. Arnaldo Azevedo, que, justificou, longamente, uma emenda à proposta de reforma constitucional, relativa a maior expansão de uma política educacional.

O sr. Arnaldo Azevedo respondeu a um aparte do sr. Paulo de Frontin, pedindo de Oliveira, pronunciado na sessão de sábado, ao citar um ensinamento de seu, de Oliveira, legal, quando atacou a acta da sessão de sábado, de morte do negociante Cordeiro Nogueira.

PARA REPARAR INJUSTICA

Por ultimo, usou da palavra o sr. Fonseca Hermes, que justificou um projecto mandando aproveitar, em qualquer cargo do Ministério da Marinha, o cargo de Jefe de Flotação, de modo a reparar a injustiça de que o cargo ocupava, em 1910, ao desmpehar o cargo, de Jefe de Flotação, na Europa.

VANTAGENS A OFFICIAES DE TERRA E MAR

O sr. Domingos Barbosa apresentou o seguinte projecto:

Artigo 1.º — Ficam extensivos aos officiaes do Exército e da Armada, — activos e inactivos — que tenham servido como aprendizes ou officiaes do Exército da Guerra ou de Marinha as vantagens concedidas aos officiaes de Marinha pelo decreto n.º 4.461, de 12 de outubro de 1922, revogadas as disposições em contrario.

VOTAÇÃO DE ORÇAMENTOS

A ordem do dia teve inicio com a presença de 125 deputados, sendo julgados objectos de deliberação os projectos novos.

A seguir, foi aprovado, de acordo com o parecer da Comissão de Finanças sobre as emendas, parecer que já foi julgado, o orçamento para o Ministério da Viação, de 1926, de 1.500.000, e o do Ministério da Guerra, de 1.500.000, e o do Ministério da Marinha, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de 1.500.000, e o do Ministério do Trabalho, de 1.500.000, e o do Ministério da Agricultura, de 1.500.000, e o do Ministério da Fazenda, de 1.500.000, e o do Ministério da Justiça, de 1.500.000, e o do Ministério da Educação, de 1.500.000, e o do Ministério da Saúde, de 1.500.000, e o do Ministério da Indústria, de

